

Reforma política deve incluir mais espaço no Congresso às mulheres

Senadoras e deputadas se mobilizam para apresentar propostas que possam ampliar a representação feminina no Congresso, nas assembleias estaduais e câmaras municipais

Janaina Araújo

MARÇO, MÊS DA mulher, será voltado não somente para as homenagens e debates que ocorrem todos os anos no Congresso, mas terá também como foco campanha a favor de uma reforma política que garanta maior participação das mulheres. Desde o início do ano, as deputadas e senadoras estão empenhadas no tema, entrando em acordo para apresentar propostas que ampliem o número de cadeiras femininas nas duas Casas e para promover eventos em todo o país com essa reivindicação.

A campanha pela reforma política inclusiva já começou semana passada, quando a bancada feminina da Câmara e a do Senado reuniram-se com o presidente do Congresso, Renan Calheiros, na residência oficial para um almoço. Além do combate à violência contra as mulheres, Renan garantiu prioridade para a discussão de mais espaço no processo legislativo para as mulheres. Ele disse ainda que haverá outros encontros também com o presidente da Câmara.

— É muito importante que estejamos juntos na definição de uma agenda conjunta para que as duas Casas possam avançar na pauta de gêneros — ressaltou Renan.

Procuradora especial da Mulher no Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) avalia que a cota de 30% das candidaturas para as mulheres nas eleições, prevista na Lei 9.504, de 1997, não se mostrou efetiva. Para ela, porém, é importante reeditar a mobilização feminina dos anos 90 que culminou nessa reserva. Ela enfatizou o lançamento da campanha por mais mulheres no Parlamento dentro da agenda de eventos em comemoração ao 8 de março.

— Estamos entrando com muita força na reforma política para exigir uma maior participação e presença das mulheres. Defendemos uma cota de gênero de no mínimo 30% das vagas para iniciar, até que cheguemos ao ideal, que é metade de homens e metade de mulheres no Parlamento — afirmou a senadora.

É o que Vanessa prevê em uma das duas propostas de emenda à Constituição (PECs) sobre representação política das mulheres que ainda estão em fase de coleta de assinaturas para serem apresentadas (*leia texto ao lado*). O Legislativo dos três níveis federativos teria 30% das vagas destinadas às mulheres e a reserva de cadeiras crescerá de modo gradual, avançando 5% a cada eleição até os desejados 50%.



Em almoço com deputadas e senadoras na semana passada, o presidente do Senado, Renan Calheiros, prometeu apoio à agenda proposta pelas parlamentares

A outra PEC é da senadora Marta Suplicy (PT-SP) e propõe que seja destinada uma vaga para cada gênero nas eleições em que o Senado renova dois terços das cadeiras. A mesma mudança é proposta em projeto (PLS 132/2014) do ex-senador Anibal Diniz que tem apoio da bancada feminina no Congresso. A diferença é que o PLS altera o Código Eleitoral (Lei 4.737/1965).

Em encontro na Zona Leste de São Paulo na sexta-feira, Marta ressaltou que a cidade também será palco do esforço para aumentar a representação feminina no Congresso.

— Aqui vamos lançar a campanha nacional Mais Mulheres na Política. Queremos 30% das vagas do Legislativo. Vamos conseguir isso e mais.

Ainda na lista de propostas em tramitação que são consideradas prioritárias para as parlamentares está o PLS 295/2011 — Complementar, de Gleisi Hoffmann (PT-PR). O projeto é outra tentativa de reservar 50% das cadeiras dos Legislativos federal, estadual, distrital e municipal para as mulheres e já está na pauta do Plenário, após análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Fundo Partidário

Outra iniciativa encampada pelas parlamentares para viabilizar a participação das mulheres na política é um projeto que será apresentado por Vanessa para alterar a Lei dos Partidos Políticos (Lei 9.096/1995), ampliando o uso dos recursos do Fundo Partidário. A lei prevê um

mínimo de 5% a ser aplicado na criação e na manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres. A senadora propõe que o fundo seja usado também para a campanha eleitoral das candidatas e que seja observado o percentual mínimo de 30%.

Na avaliação da senadora Ana Amélia (PP-RS), a queixa das candidatas que hoje usufruem da cota de 30% para concorrer aos cargos públicos mas que não têm o mesmo percentual de acesso ao fundo precisa aguardar a definição das regras de financiamento de campanha para ter fim.

— Vai depender da aprovação do financiamento de campanha, público ou misto, para que seja definida a repartição do Fundo Partidário que deverá beneficiar as mulheres — observou Ana Amélia.

Campanha por maior representação feminina coleta assinaturas em Manaus

No último fim de semana, a coalização de senadores e deputados federais que defendem projeto de lei de iniciativa popular por eleições mais democráticas coletou centenas de assinaturas em Manaus, em parceria com eventos relacionados ao Dia Internacional da Mulher.

No centro da capital amazonense, a mobilização pelas assinaturas, comandada pela senadora Vanessa Grazziotin, teve o apoio da União Brasileira de Mulheres (UBM).

Segundo Vanessa, o projeto de iniciativa popular defende, além de temas mais gerais da reforma política, como a proibição das doações de empresas a campanhas políticas, paridade de gênero na lista preordenada de candidatos, o que favoreceria maior participação das mulheres nas três esferas do Legislativo.

— Apesar de as mulheres serem 52% do eleitorado de nosso país, estamos em apenas 10% dos assentos nos Paramentos municipais, estaduais e no federal — afirmou.

De acordo com o projeto, pelo menos 30% dos assentos nas câmaras de vereadores, assembleias legislativas e no Congresso Nacional serão ocupados por mulheres.

Maria Célia, trabalhadora do Polo Industrial da Zona Franca de Manaus (ZFM), disse que só com representantes femininas as mulheres poderão ter leis mais condizentes com as necessidades delas.

A coleta de assinaturas segue nas próximas semanas em Manaus e em outras cidades do país. Em cada estado, a campanha é coordenada pelos deputados federais e senadores que representam a unidade da Federação.



Mulheres assinam projeto de iniciativa popular durante mobilização em Manaus, no fim de semana

Para especialista, 8 de março é “dia de luta”, e não de receber flores e bombons

Nada de bombons e flores. Não que as mulheres não gostem dessas gentilezas, mas o problema é quando são oferecidas na homenagem ao 8 de março, “um dia de luta”, como definiu Angela Fontes, secretária-adjunta de Articulação Institucional e Ações Temáticas da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Ela participou na quinta-feira do Projeto Pautas Femininas, um dos muitos eventos previstos para este mês.

O debate foi o primeiro sobre reforma política inclusiva e reuniu senadoras, deputadas e representantes de órgãos públicos e da sociedade civil em defesa da mulher, além do coordenador de operações do Banco Mundial no Brasil, Boris Utria, e das embaixadoras de Nicarágua, El Salvador e Etiópia. Representando a ministra Eleonora Menicucci, Angela Fontes ressaltou que a luta pelos direitos das mulheres começou no século 19 e foi necessária quando a mulher passou a ser tratada como uma das riquezas das quais o homem se apropriou:

— É preciso mudar a cultura de apropriação da mulher pelo homem para diminuir as vulnerabilidades a que ainda estamos expostas. Para isso, é essencial atuar nas escolas, educando as crianças.

Ângela disse ainda que é fundamental aumentar o financiamento de campanha das candidatas, pois atualmente os par-



Senadora Vanessa coordena debate da Procuradoria da Mulher do Senado com Angela Fontes e Boris Utria

tidos não apostam nelas, o que se reflete nos baixos percentuais de mulheres eleitas. Segundo a secretária-adjunta, menor ainda é a representação das etnias brasileiras entre as eleitas nas últimas eleições, tendo alcançado cadeiras na política apenas 0,6% de mulheres negras, 1,4% de pardas e 7,6% de brancas. Ela também chamou a atenção para a diferença salarial entre os sexos.

— À medida que a mulher avança na escolaridade, menor é o salário em relação ao do homem. A diferença, que não é tão grande nas remunerações mais

baixas devido à base representada pelo salário mínimo, chega a alcançar 30% nos cargos mais altos — criticou.

A dificuldade das mulheres em alcançar o topo foi abordada por Daniela Teixeira, secretária-geral do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Distrito Federal. Ela frisou que as mulheres são as primeiras colocadas no exame da Ordem, mas só ano passado conseguiram maior participação na instituição, com a aprovação da cota de 30% para composição feminina das chapas nas eleições internas.

— Estabelecer uma cota é tirar os homens que hoje ocupam as vagas e isso será alcançado, apesar da resistência deles — disse a conselheira.

Cotas para o Judiciário

Daniela lamentou que, apesar de o Brasil ter uma mulher no cargo mais alto do país, a presença feminina não seja grande na equipe ministerial. A mesma situação, diz, se repete nos postos mais importantes das três carreiras jurídicas — magistratura, procuradoria e advocacia —, onde as mulheres são maioria apenas na base. A conselheira pediu ajuda do Legislativo para mudar a situação no Judiciário, concentrando esforços sobretudo em anos eleitorais, assim como ocorreu na OAB:

— As listas tríplices para os tribunais superiores devem obrigatoriamente trazer nomes femininos. É preciso que projetos de lei estabeleçam também cotas para o Judiciário, o mais machista de todos os Poderes. Até hoje nunca tivemos uma procuradora-geral da República.

Para a deputada Rosângela Gomes (PRB-RJ), se, no Judiciário, onde a maioria dos cargos são alcançados por concurso, as mulheres enfrentam dificuldade, maior ainda é o desafio no Legislativo. Ela criticou também a baixa representação das mulheres negras na Câmara e no Senado.

Elas têm 52% dos votos, mas só ocupam 11% dos cargos

Conforme a consultora legislativa do Senado Conceição Lima, as mulheres são a maioria do eleitorado, totalizando 7 milhões a mais de votos que os homens — ou 52% contra 48%. Contrasta com essa realidade o baixo sucesso eleitoral em 2014: só 11% dos cargos em disputa em todo o país ficaram com candidatas. No Congresso, a bancada feminina é formada por 51 deputadas (9,94% das 513 cadeiras) e 13 senadoras (16% das 81 vagas).

O fenômeno deixa o Brasil somente à frente do Haiti no ranking de representação política feminina na América Latina. Conceição avalia que a falta de

correspondência entre a constituição social e a composição dos cargos políticos leva a uma representação débil.

— As mais diversas correntes consideram a participação de diferentes grupos no processo decisório como um elemento importante do desenvolvimento democrático.

Ela destaca que, na Argentina, o Partido Justicialista reserva de 30% a 50% das vagas para candidatas. Na Bolívia, o Partido da Unidade Nacional tem metade da lista destinada às mulheres, assim como o Partido Revolucionário Institucional do México. Na Alemanha, os partidos adotam de 30% a 50% de cota. Já no Reino Unido, o Partido Conservador reserva 40% e o Trabalhista, 50%.

A baixa representatividade das mulheres no Brasil pode ser compreendida com a pesquisa do DataSenado do ano passado. Segundo o levantamento por entrevista telefônica com 1.091 cidadãos em todos os estados, o principal motivo alegado pelas mulheres para não se candidatarem é a falta de apoio dos partidos políticos (43%). Aparecem por último motivos que muitas vezes parecem ao senso comum serem os mais impeditivos: falta de apoio da família (6%) e tarefas domésticas (5%). A maioria das mulheres (60%) respondeu que se candidataria se acreditasse que teriam chance de vencer.

Ainda há, porém, mulheres que só votam em homens. Foi o que relatou a deputada Clarissa Garotinho (PR-RJ), que, na campanha à Câmara, ouviu de uma eleitora que havia gostado das propostas, mas que não votaria em mulher.

— Ela me falou que política é lugar de homem e, por isso, não me daria o voto. É preciso enfrentar o preconceito das próprias mulheres. Por isso, considero importante a eleição minha e de três deputadas para presidentes de comissões da Câmara, além de cargos na Mesa.

Uma novidade no Congresso é que, pela primeira vez, uma mulher, a senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), vai presidir a Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Violência

Como parte da programação especial de março, será instalada hoje, no Salão Nobre do Senado, a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher. O colegiado foi proposto pela comissão parlamentar mista de inquérito (CPMI) que funcionou durante mais de um ano.

Também resultado da CPMI, o Projeto de Lei 8.305/2014 (PLS 292/2013 no Senado), que tipifica o crime de feminicídio, foi sancionado ontem pela presidente Dilma Rousseff na presença de várias parlamentares.

Senado entrega Prêmio Bertha Lutz pela 14ª vez em sessão solene

Amanhã, às 14h, no Plenário do Senado, haverá sessão para homenagear o Dia Internacional da Mulher e entregar o prêmio Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, pela 14ª vez, a personalidades que contribuíram para a defesa dos direitos da mulher e questões de gênero no país.

Agraciadas

- Creuza Maria Oliveira**, nascida na Bahia, é presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas. Começou a trabalhar aos 10 anos e somente aos 21 teve a carteira assinada, recebeu o primeiro salário e começou a ser alfabetizada.
- Cármem Lúcia** é ministra do Supremo Tribunal Federal (STF). Doutora em direito do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), também foi procuradora do estado de Minas Gerais e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).
- Clara Araújo** foi a primeira mulher a presidir a União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1982. É graduada em ciências sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e foi uma das fundadoras da União Brasileira de Mulheres (UBM).
- Mary Garcia Castro** é pesquisadora sobre direitos humanos de mulheres e jovens na América Latina. Doutora em sociologia pela Universidade da Flórida, publicou vários livros relacionados a temas de gênero, movimentos sociais, identidades e cidadania. Devido à ditadura militar, teve que sair do país. Como professora universitária aposentada, ministra palestras para formação de lideranças feministas em todo o Brasil.
- Maria Elizabeth Teixeira** é a primeira ministra empossada presidente do Superior Tribunal Militar (STM). Bacharel em direito pela PUC Minas, foi procuradora federal na Advocacia-Geral da União (AGU).
- Ivanilda Pinheiro Salucci** é educadora social. Ajudou a fundar o Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente de Roraima e hoje trabalha com crianças e suas famílias em área de risco de Boa Vista. É membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual.
- Débora Martins Bonafé dos Santos** (in memoriam) Psicóloga e fundadora da Associação SOS Mulher Família de Taubaté.

Saiba mais

- Vídeo com entrevistas ao Especial Cidadania** <http://bit.ly/cidadania504>
 - Programação Mês da Mulher** <http://bit.ly/programacaoMesMulher>
 - Procuradoria da Mulher do Senado** www.senado.leg.br/procuradoria
 - Procuradoria da Mulher da Câmara** <http://bit.ly/procuradoriaCamara>
 - Lei 9.504/1997** <http://bit.ly/Lei9504de97>
 - PLS 132/2014** <http://bit.ly/PLS132de2014>
- Veja todas as edições do **Especial Cidadania** em www.senado.leg.br/especialcidadania